



# 6º Encontro Internacional de Política Social 13º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo

Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.

## POBREZA, TRABALHO E CRISE CAPITALISTA NO BRASIL NA PERSPECTIVA MARXIANA

Renata Silva Souza<sup>1</sup>  
Marineia Viale Quinelato<sup>2</sup>  
Nayane Viale Vargas<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo consiste em analisar o processo de pauperização da classe trabalhadora no contexto da atual crise do capital vivenciada no Brasil à luz da análise crítica de Karl Marx. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental com as categorias trabalho, pobreza e crise estrutural do capital fundamentada pela Teoria Social Crítica Marxiana. Pode-se observar que a acumulação de riqueza por parte do capital tem como consequência o acirramento da pobreza e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Pobreza; Trabalho; Crise do Capital; Karl Marx.

## POVERTY, WORK AND CAPITALIST CRISIS IN BRAZIL IN THE MARXIAN PERSPECTIVE

**Abstract:** This article consists of analyzing the process of pauperization of the working class in the context of the current crisis of capital experienced in Brazil in the light of the critical analysis of Karl Marx. In order to do so, it was used bibliographical and documentary research with the categories work, poverty, structural crisis of capital based by the Critical Social Theory Marxian. It was observed that the accumulation of wealth by capital results in the increase of the poverty and the precarization of living conditions of the working class in contemporaneity.

**Keywords:** Poverty; Work; Crisis of Capital; Karl Marx.

### Introdução

O processo de pauperização da classe trabalhadora tem sua gênese com o movimento histórico de acumulação do capital em sua forma clássica na Revolução Industrial inglesa no século XVIII. Neste período consolida-se o modo de produção

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes. Doutoranda no Programa da Política Social pela Ufes. Doutoranda e Mestra em Política Social (Ufes). Vice-Coordenadora do Núcleo de Estudos do Trabalho vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (Ufes). Coordenadora do Grupo de Estudos "O Capital de Karl Marx". Membro do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas sobre a Teoria da Dependência - Coletivo Anatólia de Melo (Ufes). Membro do Núcleo de Pesquisa Migrantes, Estrangeiros e Refugiados do Departamento de Direito (Ufes). E-mail: <renatas47@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Pós-graduada em Educação em Direitos Humanos pelo Centro de Estudos Avançados em Pós-graduação e Pesquisas (CESAP). Graduada em Direito pela Universidade Vila Velha e Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Integrante do Núcleo de Estudo do Trabalho da Ufes (NET/Ufes) E-mail: <mqvargas@gmail.com>.

<sup>3</sup> Pós-graduada em Gestão de Arquivo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Integrante do Núcleo de Estudo do Trabalho da UFES (NET/Ufes). E-mail: <nay.nvv@hotmail.com>.

capitalista, marcado pelo conflito entre capital e trabalho e pelo surgimento de duas classes antagônicas e contraditórias: a burguesia e o proletariado (SANTOS; COSTA, 2006). Nessa contradição, geradora da desigualdade social, encontra-se de um lado a concentração da propriedade privada e da riqueza nas mãos de poucos e no outro a concentração da pobreza para a maioria que produz a riqueza (ZEFERINO, 2009).

Conforme Santos e Costa (2006), disso resulta o processo de pauperização da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, Zeferino (2009) salienta que o fenômeno da pauperização no Brasil manifesta-se de modo particular, pois o desenvolvimento socioeconômico brasileiro foi marcado pelo sistema de colonização via exploração que serviu aos interesses da acumulação primitiva do capital. Na contemporaneidade, o pauperismo no Brasil agrava-se ainda mais com a atual crise do capital, bem como com o fortalecimento do processo de flexibilização de organização do trabalho e dos direitos trabalhistas mediante o acirramento das políticas neoliberais em favor dos interesses do capital financeirizado.

Diante disso, este artigo consiste em uma breve análise do processo de pauperização da classe trabalhadora no contexto da atual crise do capital vivenciada no Brasil à luz do referencial teórico crítico marxiano. Inicialmente será realizada a análise da pobreza e do trabalho sob a perspectiva da acumulação do capital. Em seguida será analisada a relação entre a reprodução do capital e a pobreza da força de trabalho e por último, o pauperismo da classe trabalhadora na contemporaneidade brasileira frente à atual crise do capital.

### **O Legado de Marx para compreender o pauperismo e a exploração do trabalho pelo capital à luz da Lei Geral da Acumulação Capitalista**

Em seu processo histórico, a linha geral do desenvolvimento da sociedade capitalista é marcada por dois movimentos: a acumulação e aumento das forças produtivas do trabalho que se desdobram na Lei Geral da Acumulação capitalista. Nesse contexto - embora a desigualdade social já existisse de muito longe - com o advento e consolidação da sociedade burguesa, uma nova dinâmica da pobreza então se generalizava: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização massiva da população proletariada constituiu-se o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial (NETTO; BRAZ, 2011).

Neste sentido, o vigésimo terceiro capítulo de “O Capital”, A lei geral da acumulação capitalista é um texto chave para a compreensão sobre a condição de pobreza e exploração da classe trabalhadora.

O legado deixado por Marx transcende o tempo histórico. O método científico materialista histórico-dialético desenvolvido por Marx mostra-se imprescindível para compreender a interconexão dialética e contraditória de todas as estruturas e superestruturas do sistema capitalista em sua totalidade, e dessa forma, captar a essência da realidade concreta. Marx construiu um método de análise e de exposição que permite a compreensão do concreto através de múltiplas determinações abstratas configuradas em categorias simples e complexas, em uma análise dinâmica e histórica do real.

A pobreza no modo de produção capitalista denominada por Marx como pauperismo constitui-se como expressão do movimento do próprio capital. Nesta perspectiva, a partir das premissas da obra marxiana torna-se possível compreender a pauperização da classe trabalhadora que por sua vez, não aparece como fenômeno isolado, mas na verdade remete a um processo iniciado sob a lógica da produção de mercadorias.

Marx (2013) em seu método de exposição inicia o estudo de “O Capital” pela mercadoria e sua circulação. Este é obviamente um ponto de partida abstrato, pois a circulação de mercadorias, na medida em que está ligada a outros domínios da realidade social, não existe como esfera isolada – a articulação entre essas esferas da vida social é, inclusive, a tarefa proposta por Marx para o decorrer da obra, que caminha sempre no sentido da maior concretude. Mas, também certamente, não é uma opção metodológica arbitrária: o capitalismo se expõe pela esfera da troca, visto que esta é sua forma de manifestação mais imediata. Tomando, no entanto, exclusivamente o caráter mercantil da sociedade do capital, e utilizando apenas as categorias mais elementares daí derivadas, já é possível capturar um traço essencial da sociedade descrita por Marx: a sociedade de mercado possui como dispositivo próprio o impulso imanente ao aumento da riqueza ao mesmo tempo em que contribui para o aumento da pobreza.

Assim, pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo

a tais bens e serviços, vêm-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente.

Na concepção marxiana o pauperismo está diretamente associado ao conflito entre capital e trabalho e aparece, portanto, como elemento necessário da relação social que se reproduz na acumulação capitalista (MARX, 2013). E tendo em vista que a sua interpretação acerca do referido fenômeno incorpora a luta de classes a uma perspectiva de totalidade, pode-se dizer que as bases determinantes para a sua compreensão estão hipotecadas ao processo de produção e reprodução do capital.

Em outros termos, e colocando em evidência a capacidade própria do trabalho humano em criar valor, o trabalhador começa a sofrer um processo de pauperização ainda no âmbito da produção, pois “[...] o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, [...]. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2010, p. 111).

Na obra marxiana o fator indispensável para compreender a Lei Geral da Acumulação é a composição do capital e as alterações que ela sofre no curso da acumulação. Esta composição remete a proporção das forças produtivas envolvidas na produção e se expressa sob um duplo aspecto: o do valor e o da matéria. Do ponto de vista do valor, a composição do capital se expressa pela proporção entre capital constante e capital variável, denominado de composição orgânica do capital. Sob o aspecto da matéria, pode-se determinar “[...] pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e quantidade de trabalho exigida para seu emprego” (MARX, 2013, p. 689) denominado composição técnica do capital<sup>4</sup>.

Nesta contextualização, Marx (2013) ainda aponta que a capacidade de produzir valor no processo produtivo faz com que o processo de trabalho tenha a finalidade de produção de mais-valia. A mais-valia é a parte do trabalho excedente e não pago ao trabalhador que, na sociedade capitalista, aparece sob a forma mistificada de lucro. Marx vai revelar esta relação apontando os seus elementos constitutivos. Para ele, a produção de mais-valia é a razão de ser da produção capitalista. Mas esta não

---

<sup>4</sup>*Composição técnica* é “[...] a capacidade física de um trabalhador de transformar certa quantidade de valores de uso numa mercadoria em um dado período de tempo” enquanto que a *composição orgânica* “são as mudanças na composição do valor que advém de mudanças físicas na produtividade” (HARVEY, 2013, p. 254). A relação entre capital constante e capital variável se dá pela expressão  $q=c/v$ . “[...] é alta a composição orgânica do capital quando é maior a proporção do capital constante e baixa quando é maior a do capital variável” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 102).

aparece revelada, pois na aparência, o capitalista paga ao trabalhador o valor diário do seu trabalho. Mas, na essência, este valor diário da força de trabalho não é o valor necessariamente pago, visto que o capitalista toma horas de trabalho excedentes não pagas ao trabalhador, permitindo obter uma lucratividade maior. Para acrescer lucratividade, o capitalista busca extrair o máximo de produtividade do trabalhador (OLIVEIRA, 2010).

À luz destas problematizações, Oliveira (2010) argumenta que,

O aumento do pauperismo, portanto, está na razão direta da expansão da acumulação da riqueza. A pauperização atinge os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, haja vista que a relação salarial é sempre estabelecida como necessária a suprir as necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Por isso, paralelo ao pauperismo dos excluídos do mercado de trabalho, assiste-se a um processo de precarização das condições de vida da população trabalhadora. O aumento da produtividade de trabalho produz uma maior pressão em torno dos trabalhadores precarizando suas condições de existência. À medida que o capital acumula, faz-se necessário piorar as condições de vida do trabalhador, não importa sua remuneração. Ao extrair maior produtividade do trabalho, o capitalista transforma o trabalhador em fragmentos de ser humano, em apêndice da máquina. O trabalho passa a ser entendido como sofrimento, não importa se o trabalho é mais ou menos remunerado. Todo trabalho sob o jugo do capital se transforma em trabalho inumano (OLIVEIRA, 2010, p. 279).

A produção da riqueza é, portanto, simultaneamente, a produção da miséria. Miséria material do trabalhador, mas, sobretudo, miséria humana (MARX, 2013). Assim, as relações sociais de produção capitalista fazem com que o trabalho apareça ao homem como mera atividade física, como realização de consumo e não como momento fundante da vida humana, satisfazendo as necessidades humanas e o realizando como ser social.

Ao apresentar a lei geral da acumulação capitalista, Marx expõe as consequências desastrosas que emergem para a classe trabalhadora na sociabilidade do capital. Responsáveis diretos pela produção da riqueza, os trabalhadores se apropriam de parcela cada vez menor dessa, e uma vez subsumidos à lógica de valorização do capital, são periodicamente repelidos da esfera produtiva, contribuindo para a conformação do contingente de trabalhadores pobres e miseráveis na sociedade, sob a forma de uma superpopulação relativa, sobrando e à margem do sistema, mas que ao mesmo tempo configura-se como necessária à reprodução capitalista.

### **Reprodução do capital e a pobreza da força de trabalho**

Com a sociedade capitalista, as contradições imanentes à lógica da reprodução do capital se tornam mais evidentes e acentuadas sobre o trabalho, ampliando o antagonismo entre estas classes. A população trabalhadora passa por um processo acentuado de pauperização que já existia antes da sociedade capitalista, mas que tem em sua particularidade o fato do capitalismo necessitar dos pauperizados para se reproduzir (ZEFERINO, 2009).

A Revolução Industrial teve grandes consequências sobre a configuração social, trazendo transformações nas esferas social, política e econômica, consolidando o sistema capitalista e significando também a substituição da ferramenta pela máquina. Esse momento revolucionário precisava de uma força superior à humana, que produzisse o bastante para atender ao mercado crescente, que requeria produtividade com rapidez (SANTOS; COSTA, 2006).

Nesse contexto, os trabalhadores tiveram dificuldades em concorrer com a produção capitalista fabril, o que fez aumentar a proletarização. Com a expansão do capitalismo, a pobreza enquanto condição social passa a afetar não somente a população sem trabalho, mas principalmente os trabalhadores industriais, que passam a ser agentes e ao mesmo tempo vítimas da Revolução Industrial (LEITE, 2008).

A análise de Marx (2013) sobre “A lei geral da acumulação capitalista” remete à realidade da classe trabalhadora diante do acúmulo e crescimento do capital. Assim, Marx (2013) pretende desvendar as contradições presentes na reprodução ampliada do capital, mostrando que a miséria da maioria representa a riqueza da minoria, ou seja, ele busca entender em que medida o empobrecimento da classe trabalhadora é diretamente proporcional ao enriquecimento do capitalista, mostrando a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora.

Netto e Braz (2011) enfatizam que a acumulação de capital impacta fortemente a classe operária, de modo que,

No seu desenvolvimento, acompanhado pela concentração e pela centralização, a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do *exército industrial de reserva*, ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2011, p. 142).

Entretanto, Netto e Braz (2011) ressaltam que a acumulação capitalista não atinge o proletariado tão somente com o desemprego, mas também a classe trabalhadora vivencia, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que

decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. Nesse sentido, a pauperização pode ser absoluta ou relativa.

Conforme Marx (2013), a pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários vivenciam uma degradação geral: intensificação do tempo de trabalho, queda dos salários, rebaixamento do padrão de vida do trabalhador e aumento do exército ativo de trabalhadores – exército industrial de reserva – proporcionando ao capital uma enorme fonte de força de trabalho disponível. A pauperização relativa ocorrida mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, é caracterizada pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas.

Essa contradição é típica do sistema capitalista, a superpopulação relativa<sup>5</sup> é essencial para esse modo de produção, ou seja, quanto maior o exército industrial de reserva maior será o pauperismo. Segundo Marx (2013), esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que se acumula riqueza, acumula-se também pobreza. Este é o fundamento do modo de produção capitalista, não socializar a riqueza socialmente produzida explorando cada vez mais a classe trabalhadora.

Nesta perspectiva, Marx (2013) afirma que,

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho [...] em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes candidatos ao exército industrial de reserva, [...] e em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria, ou seja, os aleijados, doentes, viúvas etc, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército de trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. [...] O pauperismo pertence aos *fauxfrais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média (MARX, 2013, p. 719).

Esta transferência de responsabilidade da classe burguesa para a classe trabalhadora é uma estratégia do sistema capitalista de naturalização da pobreza, que passa a responsabilizar o indivíduo por estar naquela situação degradante, mistificando

---

<sup>5</sup> Marx (2013) aponta que, superpopulação relativa adquire três formas variadas: a *flutuante* formada por operários que ora estão empregados, ora estão desempregados; a *latente* que existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relações capitalistas e os trabalhadores acabam por migrarem para zonas industriais quando surge oportunidade; e a *estagnada* formada por trabalhadores que não possuem trabalho fixo perambulando entre uma ocupação e outra.

todo o contexto histórico das relações sociais de produção e reprodução do sistema, separando os fatores econômicos do social, como se um não estivesse relacionado ao outro. Segundo Siqueira (2012)

No capitalismo, a pobreza é um produto estrutural de seu desenvolvimento. É que no desenvolvimento capitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não deriva em maior distribuição, mas em maior acumulação de capital. No capitalismo, a maior riqueza produzida significa maior apropriação privada, e não maior socialização dessa. A acumulação de riqueza, por um lado, é complementada pela pauperização (absoluta ou relativa) por outro (SIQUEIRA, 2012, p. 374).

Este caráter antagônico da produção capitalista expressa a tendência em culpabilizar os pobres pela sua condição, naturalizando a lei da riqueza social. Leite (2008) enfatiza que houve um agravamento da pobreza durante a industrialização no século XIX. No entanto, o autor ressalta que esses pobres não eram representados somente por indivíduos “vadios”, “preguiçosos” que não queriam trabalhar, mas, sim de trabalhadores pobres, excluídos das promessas do mercado, ou seja, trabalhadores inseridos numa pobreza de massa trazida pela Revolução Industrial, pela expansão do capitalismo e pelas conseqüentes transformações sociais, chamada pauperismo.

Na primeira metade do século XX, a pauperização da classe trabalhadora acirra-se ainda mais neste período (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Adorno (1990) aponta que “[...] a imensa massa de trabalhadores pauperizados e expropriados, condição estrutural de existência do capitalismo industrial, fazia emergir a “questão social”, colocando o imperativo da assistência na ordem do dia” (ADORNO, 1990, p. 14).

No Brasil, por exemplo, as condições do trabalho industrial, primavam pela precariedade: salários baixos sujeitos às flutuações do mercado; ambiente insalubre e perigoso, distribuição arbitrária de punições que incluía multas, suspensão de pagamentos, redução salarial e dispensa. Não havia contratos formalizados que estipulassem garantias legais aos trabalhadores (ADORNO, 1990).

Valladares (1991) seguindo esta perspectiva aponta que para a sobrevivência do trabalhador, todos os tipos de inserção no mercado de trabalho são considerados de alguma maneira como uma forma de trabalho.

No contexto da expansão capitalista do segundo pós-guerra, a partir da nova condição do capitalismo monopolista, da expansão produtiva fordista e permeado pela organização e lutas dos trabalhadores, desenvolve-se uma nova estratégia hegemônica

do capital, que incorpora a classe trabalhadora industrial-urbana. Assim emerge a ideia do Estado como mediador e, em alguns países desenvolvidos, a concepção de Welfare State<sup>6</sup>. Esta concepção de Estado influenciada pelas ideias de Keynes e concretizada pelo pacto fordista permitiu intervenção do Estado por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais (LEITE, 2008).

Todavia, a hegemonia do Estado mediador, conhecido como os “anos de ouro” do capitalismo encontra seu fim por volta dos anos 1970 devido à eclosão da crise do capital quando as dívidas públicas e privadas crescem perigosamente (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Para Behring e Boschetti (2011), o fracasso do Estado mediador levou as elites a questionarem sua eficiência e colocarem em xeque as políticas sociais, abrindo assim, espaço para o ressurgimento de ideias liberais sob a forma neoliberal contribuindo ainda mais para o aumento do processo de pauperização da classe trabalhadora.

### **O Pauperismo da classe trabalhadora no Brasil frente à atual crise do capital**

Foram profundas as transformações societárias que redesenharam amplamente o perfil do capitalismo, de modo que a reprodução do capital apresenta traços novos e processos inéditos na contemporaneidade (ANTUNES, 2015). Para este autor, estas transformações vinculam-se às mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, conectadas aos impactos causados nos circuitos produtivos pela revolução científica e técnica, potenciada em seus desdobramentos pela revolução informacional no contexto de crise estrutural do capital. Crise que se agudiza e se intensifica a partir de 2008, com o aumento em grande escala do desemprego e dos conflitos pelo controle de recursos vitais ao capital como petróleo e gás (ANTUNES, 2015).

Netto e Braz (2011) apontam que, em consonância com as demandas do grande capital, o projeto neoliberal viu-se resumido no tríptico mote da *flexibilização* (da produção e das relações de trabalho), da *desregulamentação* (das relações comerciais, dos circuitos financeiros e dos direitos laborais) e da *privatização* (do patrimônio público-estatal), tal conjuntura igualmente afeta os países capitalistas periféricos como o Brasil. Nesse contexto, nos primeiros anos do século XXI, a pobreza

---

<sup>6</sup> Welfare State = Estado de Bem-Estar Social.

e a riqueza continuam a crescer em proporções diferentes, uma vez que, a grande maioria da população trabalhadora não está inserida na produção social da riqueza de modo igualitário.

Recentemente a Organização Internacional do Trabalho – OIT divulgou que em 2015 os salários reais sofreram uma queda de 1,3% nos países da América Latina e Caribe. No caso específico do Brasil, em 2016 houve a redução significativa no salário real do brasileiro de 6,2% em comparação ao ano anterior no qual se registrou uma perda de 3,7% na remuneração do trabalhador brasileiro (OIT, 2017), resultando assim, um menor crescimento salarial nas economias da periferia do capitalismo. Deste modo, segundo a OIT a força de trabalho brasileira perdeu 10% do valor de sua renda em dois anos (2015/2016) e as perspectivas não são das melhores para os próximos anos.

Para Nascimento (2001), com a mundialização da economia capitalista, surgem os chamados “novos pobres”, ou seja, aqueles trabalhadores que foram expulsos do mercado de trabalho formal. Para essa autora, mesmo aqueles que conseguem emprego – em muitas situações pelo trabalho informal – continuam em situação de vulnerabilidade. Assim, a mundialização do capital agrava ainda mais o pauperismo da classe trabalhadora.

O desemprego e a queda da renda elevaram a proporção de cidadãos pobres e extremamente pobres no Brasil e, neste sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018) aponta um nível de desemprego no Brasil de 12,2% no trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018. Isso significa que 12,7 milhões de pessoas estão desempregadas no país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). Tal dado demonstra que o desemprego ficou maior do que o registrado no último trimestre de 2017, quando a taxa foi de 11,8%.

De acordo com o relatório do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018) o crescimento da informalidade, por outro lado, contribuiu para amenizar a taxa de desocupação, visto que, o número de trabalhadores por conta própria composto por 23,2 milhões de pessoas, bem como de empregados sem carteira de trabalho assinada formado por 11,0 milhões de pessoas, sustentaram o crescimento da população ocupada, que por sua vez aumentou em 1,8 milhões de pessoas (2,1%).

É nesse contexto que o desemprego e a informalidade, enquanto necessidade resultante pela busca de “diminuição dos custos” e da acumulação coloca-se como necessidade do capital, visto que, o desemprego estrutural e o trabalho informal impõem-se como características dominantes dessa fase do desenvolvimento histórico do capitalismo (MÉSZÁROS, 2006).

Essa conjuntura de desemprego estrutural e crescente formas precárias de contratação no bojo da fase de acumulação flexível do capital, é consequência do processo de flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais – principalmente via terceirizações – agravados pela atual Reforma Trabalhista engendrada no Brasil pelo Governo Michel Temer (ANTUNES, 2015). Em decorrência de tal contexto, trabalhadores de diversos setores são obrigados a submeterem-se a uma intensificação da sua jornada laboral, bem como a desenvolver uma polivalência em seu processo de trabalho como estratégia para assegurar a permanência nos seus postos de trabalho (MÉSZÁROS, 2006).

Para Telles (1993), o que se observa na contemporaneidade não é apenas o pauperismo crescente, mas igualmente a perda do estatuto do trabalhador, que se encontra refém do desemprego e da concorrência de mercado que demandam qualificação crescente. A autora afirma que,

[...] uma ampla maioria dos trabalhadores tem uma trajetória regida pela insegurança, pela instabilidade e mesmo precariedade nos vínculos que chegam a estabelecer com o trabalho. São trabalhadores que transitam o tempo todo entre empresas diferentes, que permanecem muito pouco tempo nos empregos que conseguem que têm por isso mesmo, pouca chance de se fixar em profissões ou ocupações definidas e que estão sempre, tangenciando o mercado informal através do trabalho irregular e precário como alternativa de sobrevivência nas circunstâncias de desemprego prolongado (TELLES, 1993, p. 12).

De acordo com o recente relatório da OIT “Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2018”, a taxa de desemprego global se estabilizou após um aumento em 2016. Entretanto, a escassez de trabalho decente, - com o mínimo de direitos sociais trabalhistas garantidos -, permanecerá em níveis altos no mundo nos próximos anos. Ou seja, a economia global ainda não está criando empregos suficientes para absorver a crescente força de trabalho (OIT, 2018).

A taxa de desemprego em nível mundial ficará em torno de 5,5% em 2018, praticamente a mesma taxa de 2017, o que representa 192 milhões de pessoas desempregadas no mundo. No entanto, para 2019 estima-se que o número de

desempregados aumente em 1,3 milhões em muitas partes do mundo (OIT, 2018). Além disso, 1,4 bilhão de trabalhadores, cerca de 42%, estavam em empregos vulneráveis em 2017 e outros 35 milhões deverão se juntar a eles até 2019. No Brasil, o processo é ainda mais intenso. A taxa de desemprego no país pelas estimativas da OIT cairá para 11,9% em 2018. Porém o índice de trabalhadores em empregos precários no Brasil subirá de 25,3 milhões em 2017 para 26,8 milhões em 2019, ou seja, 1,5 milhões de trabalhadores a mais em situação de precariedade laboral.

Nesta perspectiva, Telles (1993) ressalta que,

A pobreza não é simplesmente fruto de circunstâncias que afetam determinados indivíduos (ou famílias) desprovidos de recursos que o qualifiquem para o mercado de trabalho. O pauperismo está inscrito nas regras que organizam a vida social. É isso que permite dizer que a pobreza não é apenas uma condição de carência, passível de ser medida por indicadores sociais. É uma condição de privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade. Parece claro que salários baixos, instabilidade, desemprego e subemprego são circunstâncias geradoras de pauperização (TELLES, 1993, p. 13).

De acordo com Santos e Costa (2006), o pauperismo como uma das principais expressões do caráter desumanizador do capital, assume também proporções mundiais com a polarização social e concentração de riqueza.

Costa (2009) argumenta que, a política econômica oriunda do processo de globalização neoliberal, ao privilegiar a estabilização monetária em detrimento do crescimento econômico, desencadeou o processo especulativo como norma estrutural do sistema. Tal conjuntura resultou numa estagnação econômica, que por seu turno, trouxe em seu bojo a precariedade das condições de trabalho, a concentração de renda e o aumento da pobreza.

Sabadini (2011) enfatiza que sob a dominância do capital fictício, que caracteriza os movimentos especulativos mundiais no capitalismo contemporâneo, o capital utiliza-se da flexibilidade do trabalho, do desemprego, das baixas salariais, da intensificação do trabalho, do crescimento das subcontratações – normalmente com salários menores e sem garantias sociais – e das reformas econômicas e sociais de cunho neoliberal, como tentativa de revigorar suas taxas de crescimento resultando no empobrecimento geral da população trabalhadora.

Desse modo, a pauperização da classe trabalhadora brasileira frente à atual crise do capital, acirra-se de diversas formas mediante o processo de contrarreforma do Estado que determina o empobrecimento das políticas sociais por meio da redução dos

direitos sociais da classe trabalhadora tendo como efeito, o rebaixamento dos contratos e das condições do trabalho com o aumento da exploração da força de trabalho com aporte do Estado com a recente Reforma Trabalhista cuja prioridade central é atender aos interesses do capital em detrimento da força de trabalho.

Assim, a desigualdade social e consequentemente a pobreza consolidadas sob o modo de produção capitalista, demonstram que o desenvolvimento das condições de reprodução do capital não se dissocia da necessidade de eliminação do pauperismo, bem como da desigualdade. Com efeito, os nexos causais da pauperização da força de trabalho permanecem sendo adensados cada vez mais pela conjuntura de crise estrutural em que se põem na contemporaneidade as condições de reprodução do capital, de modo a subjugar as necessidades da classe trabalhadora a sua lógica de expansão e acumulação, repercutindo na complexificação da pobreza enquanto uma das expressões da questão social.

Portanto, a análise empreendida por Marx quanto à estrutura e funcionamento da ordem burguesa, objetiva sempre a busca de alternativas para transformação desta mesma ordem. Entender “[...] a influência que o aumento do capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora [...]” (MARX, 2013, p.715) torna-se fundamental para a compreensão do sentido do avanço do pauperismo da classe trabalhadora no Brasil sob a dominância do capital, sobretudo em seu estágio contemporâneo e financeirizado.

### **Considerações Finais**

Diante disto, constata-se que a ordem social capitalista constitui-se essencialmente contraditória, visto que a sua reprodução expressa por um lado a concentração de riquezas, mas em contrapartida exprime uma constante barbárie à humanidade. Esta barbárie por sua vez, se reflete no agravamento da condição de pobreza e desigualdade social no capitalismo contemporâneo, assim como no antagonismo de classes gerado pela exploração do trabalho e acumulação do capital.

O empobrecimento da classe trabalhadora agravou-se com o predomínio da ideologia neoliberal que permitiu ao capital executar a flexibilização das relações de trabalho. As iniciativas orientadas por esta lógica trouxeram poucas mudanças no

enfrentamento da pobreza tanto para o centro do capitalismo, quanto para a periferia do mesmo.

A pobreza, na contemporaneidade, configura-se pela tendência a substituição da força de trabalho humana pela máquina, pela flexibilização das relações laborais caracterizada pela remuneração flexibilizada com salários pagos por hora e contratos intermitentes de trabalho tendo o aporte legal da atual Reforma Trabalhista brasileira e com frágil sistema de proteção social, bem como pela retração de políticas sociais de caráter universal. Uma pobreza acirrada pela reestruturação das economias mundializadas que expulsa grande contingente da população do mercado de trabalho protegido (NASCIMENTO, 2001). Portanto, a acumulação de riqueza por parte do capital tem como resultado o aumento da pobreza, assim como da precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora brasileira na contemporaneidade.

## Referências

- ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 9-17, abr./jun. 1990.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- COSTA, Edmilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- HARVEY, David. **Para entender o capital: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional Por Amostragem de Domicílios Contínua Nov./Dez./Jan. 2017/2018**. Brasília (DF), 2018. Disponível em: <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/media/com\\_media/ibge/arquivos/d3c094c94c111a03017356491f82cc53.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/d3c094c94c111a03017356491f82cc53.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2018.
- LEITE, Izildo Correia. Caminhos entrelaçados: pobreza, questão social, políticas sociais e sociologia. In: MANFROI, Vania Maria; MENDONÇA, Luiz Jorge V. P. de. (Orgs.). **Política social, trabalho e subjetividade**. Vitória: Edufes, 2008. p. 209-227.
- MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política: o processo de produção do capital: Tomo II. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo do. **Pobreza e sociabilidade**: vivendo por um fio. São Paulo: PUC-SP, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório global sobre os salários 2016/2017**: Desigualdade salarial no local de trabalho. Genebra: OIT, 2017. Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/re\\_l\\_global\\_salarios\\_2016\\_pt\\_web.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/re_l_global_salarios_2016_pt_web.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perspectivas sociais e de emprego no mundo**: tendências 2018. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_615674.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_615674.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2018.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. **Katálysis**, Florianópolis v. 13, n. 2, p. 276-283, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/15.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SABADINI, Maurício de Souza. Trabalho e Especulação Financeira: uma relação (im)perfeita. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 241-269, 2011.

SANTOS, Edilene Pimentel; COSTA, Gilmaisa Macedo da. Questão Social e desigualdade: novas formas, velhas raízes. **Revista Ágora Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 2, n. 4, p. 101-121, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SIQUEIRA, Luana Souza. Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p.353-384, jul./dez. 2012.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil Contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 6 n. 19, p.8-21, jul./dez. 1993.

VALLADARES, Licia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, São Paulo: Vértice, 1991. p. 81-112.

ZEFERINO, Bárbara Cristhinny Gomes. A pauperização da classe trabalhadora rural: formas de organização e resistência dos trabalhadores sem terra. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4. ed. 2009, São Luis. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009. p. 1-9. Disponível em:

<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3\\_desigualdade-pobreza/a-pauperizacao-da-classe-trabalhadora-rural-formas-de-organizacao-e-resistencia-dos-trabalhados.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/a-pauperizacao-da-classe-trabalhadora-rural-formas-de-organizacao-e-resistencia-dos-trabalhados.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2017.